



COMISSÃO EUROPEIA

Direção-Geral da Concorrência

Política e Estratégia
Direção A

Convite à apresentação de candidaturas 2016

FORMAÇÃO DE JUÍZES NACIONAIS EM DIREITO DA CONCORRÊNCIA DA UE

1. Introdução

- 1.1 Em 17 de outubro de 2013, o Parlamento Europeu e o Conselho adotaram o Regulamento (UE) n.º 1382/2013¹ que cria o Programa «Justiça» para o período de 2014 a 2020. Um dos seus objetivos específicos é apoiar e promover a formação judiciária, incluindo a formação linguística sobre terminologia jurídica, a fim de promover uma cultura jurídica e judiciária comum.
- 1.2 Em 23 de março de 2016, a Comissão Europeia adotou o seu programa de trabalho para 2016 e o financiamento com vista à execução do Programa «Justiça»² que, na sua versão alterada em vigor, prevê a publicação de um convite à apresentação de candidaturas para apoiar projetos nacionais ou transnacionais sobre formação judiciária em direito da concorrência. Assim, podem ser concedidas subvenções para apoiar e promover a formação judiciária, incluindo a formação linguística sobre terminologia jurídica, a fim de promover uma cultura jurídica e judiciária comum sobre direito da concorrência.

As ações previstas no domínio da formação dos juízes nacionais e da cooperação judiciária são a seguir denominadas «os projetos».

- 1.3 Os organismos que apresentam propostas são a seguir denominados «os candidatos» e os candidatos a quem tenha sido atribuída uma subvenção «os beneficiários».

2. Objetivos

O presente convite à apresentação de candidaturas tem por objetivo cofinanciar projetos destinados à formação de juízes nacionais no contexto da execução das normas europeias em matéria de concorrência. Tal inclui a aplicação pública e privada tanto das normas no domínio *antitrust* como das normas em matéria de auxílios estatais. O objetivo final é assegurar uma aplicação uniforme e coerente do direito da UE em matéria de concorrência pelos tribunais nacionais.

As subvenções no âmbito do presente convite destinam-se a cofinanciar projetos que visam:

¹ Regulamento (UE) n.º 1382/2013 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 17 de dezembro de 2013, que cria o Programa «Justiça» para o período de 2014 a 2020, JO L 354/73 de 28.12.2013.

² C (2016) 1677 final, Decisão de Execução da Comissão, de 23.3.2016, relativa à adoção do programa de trabalho para 2016 e o financiamento com vista à execução do programa «Justiça»

- garantir a aplicação uniforme e coerente das normas europeias em matéria de concorrência pelos tribunais nacionais. Tal inclui normas substantivas e processuais e a aplicação de mecanismos de cooperação específicos entre os juízes nacionais e as autoridades da concorrência (incluindo a Comissão Europeia e as normas específicas de cooperação ao abrigo do [Regulamento \(CE\) n.º 1/2003](#) ou do [Regulamento \(CE\) n.º 734/2013](#)), assim como o estabelecimento de redes e de intercâmbios entre os juízes nacionais;
- formação linguística sobre terminologia jurídica, a fim de promover uma cultura jurídica e judiciária comum sobre direito da concorrência.

Esses objetivos podem ser alcançados da melhor maneira através de projetos que incidem especificamente sobre o papel dos juízes nacionais na aplicação do direito da concorrência da UE, das suas necessidades e ambientes de trabalho específicos e, bem assim, nas formações e conhecimentos já existentes.

As formações que prevejam níveis consecutivos, estruturados numa sequência lógica, respondem melhor às diferentes necessidades.

Os projetos poderão visar os juízes nacionais de um ou mais países elegíveis. No entanto, recomenda-se que se destinem a juízes de vários Estados-Membros da UE numa formação/projeto, visto que isso incentiva a criação de redes e uma aplicação uniforme e coerente do direito da UE.

Os projetos deverão ser organizados de molde a produzir resultados que gerem um valor acrescentado europeu (cf. secção 2.1 infra). Pretende-se que os projetos cofinanciados sejam complementares e/ou inovadores e não uma duplicação de projetos já existentes ou previstos de outros prestadores de formação a nível nacional.

2.1 Âmbito de aplicação e resultados esperados

Os projetos devem concorrer para os objetivos acima referidos e demonstrar que representam um verdadeiro valor acrescentado ao nível da UE. O valor acrescentado europeu das ações, incluindo o das ações de pequena escala e o das ações nacionais, é avaliado em função de critérios como o seu contributo para a aplicação uniforme e coerente do direito da União e para uma ampla sensibilização do público para os direitos por este conferidos, o seu potencial para desenvolver a confiança mútua entre os Estados-Membros e melhorar a cooperação transfronteiriça, o seu impacto transnacional, o seu contributo para elaborar e divulgar as melhores práticas e o seu potencial para criar instrumentos práticos e para encontrar soluções práticas para enfrentar desafios transfronteiriços ou à escala da União.

Os conteúdos dos projetos devem ser adaptados às necessidades do público destinatário. Na conceção dos projetos, devem ser utilizados métodos de aprendizagem orientados para a prática e/ou métodos de aprendizagem inovadores (incluindo aprendizagem mista, aprendizagem eletrónica e simulações). Os resultados dos projetos devem ter um efeito amplo e duradouro.

2.2 Público destinatário

O público destinatário deverá ser composto por juízes nacionais que lidem com processos de concorrência a nível nacional. Tal inclui, igualmente, os magistrados do Ministério Público, os

juizes nacionais em regime de estágio e o pessoal dos gabinetes dos juizes ou dos tribunais nacionais dos países elegíveis³.

Os projetos devem apenas destinar-se a juizes nacionais que lidem com recursos das decisões de autoridades nacionais da concorrência e a todos os juizes de última instância que lidem com direito da concorrência, incluindo em matéria *antitrust* e de auxílios estatais.

O público destinatário definido acima é a seguir denominado «juizes nacionais».

Podem participar nos projetos juizes de países não incluídos na lista de países elegíveis e pessoas que não sejam juizes nacionais, desde que uma proporção significativa de participantes seja constituída por juizes nacionais. Contudo, as despesas inerentes à sua participação não podem ser consideradas como custos elegíveis.

3. Calendário e orçamento disponível

	Fases	Período indicativo
a)	Publicação do convite à apresentação de candidaturas	19/12/2016
b)	Prazo para apresentação das candidaturas	31/03/2017
c)	Período de avaliação	abril - maio de 2017
d)	Informação aos candidatos	julho de 2017
e)	Revisão dos orçamentos	julho-setembro de 2017
f)	Assinatura da convenção de subvenção e data de início da ação	outubro de 2017
g)	Jornada de informação em Bruxelas para os candidatos selecionados	outubro de 2017

O orçamento total destinado ao cofinanciamento dos projetos apresentados no âmbito do presente convite é de 1 000 000 EUR.

A **subvenção máxima** que pode ser concedida é de **400 000 EUR** e a **mínima de 50 000 EUR**.

A Comissão Europeia reserva-se o direito de não conceder a totalidade dos fundos disponíveis.

4. Objeto dos projetos

³ Para efeitos do presente convite, entende-se por «países elegíveis», todos Estados-Membros da UE com exceção da Dinamarca e do Reino Unido, uma vez que, como referido nos considerandos 34 e 35 do Regulamento (UE) n.º 1382/2013, estes países não participaram na adoção do referido regulamento, não ficando, por isso, por ele vinculados nem sujeitos à sua aplicação. O programa está aberto à participação de organizações provenientes de países candidatos, potenciais candidatos e de países em vias de adesão à União, em conformidade com os princípios, os termos e as condições gerais definidos para a participação desses países em programas da União estabelecidos nos respetivos acordos-quadro e nas decisões do Conselho de Associação ou em acordos semelhantes, embora estes países estejam sujeitos ao cumprimento prévio de condições especiais para poderem ser financiados (ou seja, estes países devem ter assinado um acordo a fim de poderem participar no programa e ter contribuído para o orçamento da União Europeia).

Os projetos devem abordar de forma adequada o público destinatário, com base em necessidades de formação previamente identificadas.

Os projetos de formação devem assegurar a participação ativa dos juízes nacionais nas suas atividades de formação, evitando, por conseguinte, a simples realização de conferências.

O ambiente em que a formação participativa para juízes nacionais tem lugar deve ser suficientemente securizado para permitir que os participantes possam trocar livremente pontos de vista e experiências e aprender uns com os outros, sem controlo ou interferência externos. Os projetos destinam-se, por conseguinte, de preferência, exclusivamente a juízes nacionais.

São sugeridos dois domínios, cinco prioridades e três preferências.

Podem dizer respeito a mais do que um domínio, mas devem indicar claramente qual é o **domínio principal** e qual é o **domínio secundário**.

No âmbito de um domínio, os candidatos devem indicar claramente sobre **qual das prioridades** a seguir mencionadas incide a sua candidatura. Os projetos devem visar pelo menos uma das prioridades, mas podem abranger mais do que uma.

As propostas que não abrangem qualquer das prioridades a seguir mencionadas podem, ainda assim, ser elegíveis, mas ser-lhes-ão atribuídos 0 pontos na avaliação da «Pertinência dos objetivos e do objeto», nos termos das Orientações de 2016 sobre os critérios de atribuição. A título de exceção a esta regra, o gestor orçamental, por sugestão da comissão de avaliação, pode decidir que o tópico/atividade proposto deve ser considerado uma prioridade (por exemplo, uma necessidade específica num determinado Estado-Membro). Neste caso, podem ser atribuídos até 20 pontos na referida rubrica das Orientações de 2016 sobre os critérios de atribuição.

Por último, será dada preferência a projetos **que tenham em consideração as preferências indicadas abaixo**.

Domínio 1: Melhoria dos conhecimentos, da aplicação e da interpretação do direito da concorrência da UE

Os projetos devem consistir em atividades de formação, como conferências, seminários, colóquios, etc., bem como cursos de formação de curta ou longa duração sobre o direito da concorrência da UE. Os projetos deste domínio prioritário devem ser orientados sobretudo para ações de formação avancadas destinadas a juízes nacionais. As formações de base apenas serão financiadas quando devidamente justificadas (por exemplo, para juízes nacionais de um tribunal recém-criado).

Neste domínio, o convite à apresentação de candidaturas de 2016 centra-se nas seguintes prioridades:

Prioridade 1: No quadro da modernização dos auxílios estatais e do novo papel de controlo da aplicação assumido pelos tribunais nacionais, são grandemente recomendadas as atividades de formação centradas nos **auxílios estatais**.

Os candidatos são convidados a selecionar pelo menos 2 dos 4 temas a seguir enumerados:

- a) Conceito de auxílio⁴ (incluindo o método de financiamento do auxílio através de imposições parafiscais e os serviços de interesse económico geral⁵);
- b) Os regulamentos adotados no âmbito do exercício de modernização dos auxílios estatais, ou seja, principalmente o Regulamento *de minimis*⁶ e o Regulamento geral de isenção por categoria⁷;
- c) O papel dos tribunais nacionais⁸ na aplicação da legislação em matéria de auxílios estatais (com base na comunicação relativa à aplicação da legislação em matéria de auxílios estatais pelos tribunais nacionais e na comunicação relativa à recuperação⁹);
- d) O pedido de medidas provisórias apresentado perante os tribunais e a sua interação com o processo do Tribunal de Justiça da UE.

Prioridade 2: Atividades de formação centradas na **Diretiva 2014/104 relativa a ações de indemnização em matéria *antitrust***¹⁰. Os Estados-Membros devem transpor a diretiva para o direito nacional até 26 de dezembro de 2016. Estes projetos têm por objetivo melhorar a capacidade dos juízes para aplicar as novas regras, com precisão e de forma coerente.

Os candidatos são convidados a selecionar pelo menos 2 dos 5 temas a seguir enumerados:

- a) A divulgação de elementos de prova num processo relativo a uma ação de indemnização;
- b) A repercussão de custos adicionais e a interação entre as ações de indemnização relacionadas com a mesma infração, mas intentadas por partes lesadas situadas em diferentes níveis da cadeia de abastecimento;

⁴ Comunicação da Comissão sobre a noção de auxílio estatal nos termos do artigo 107.º, n.º 1, do Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia; JO C 262 de 19.7.2016, p. 1.

⁵ O quadro normativo sobre os serviços de interesse económico geral inclui os seguintes instrumentos: Comunicação da Comissão sobre a noção de auxílio estatal nos termos do artigo 107.º, n.º 1, do Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia; JO C 262 de 19.7.2016, p. 1; Comunicação da Comissão relativa à aplicação das regras em matéria de auxílios estatais da União Europeia à compensação concedida pela prestação de serviços de interesse económico geral, JO C 8 de 11.1.2012, p. 4; Decisão da Comissão de 20 de dezembro de 2011, relativa à aplicação do artigo 106.º, n.º 2, do Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia aos auxílios estatais sob a forma de compensação de serviço público concedidos a certas empresas encarregadas da gestão de serviços de interesse económico geral, JO L 7 de 11.1.2012, p. 3; Comunicação da Comissão — Enquadramento da União Europeia aplicável aos auxílios estatais sob a forma de compensação de serviço público, JO C 8 de 11.1.2012, p. 15 e Regulamento da Comissão relativo à aplicação dos artigos 107.º e 108.º do Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia aos auxílios *de minimis* concedidos a empresas que prestam serviços de interesse económico geral, JO L 114 de 26.4.2012, p. 8.

⁶ Regulamento (UE) n.º 1407/2013 da Comissão, de 18 de dezembro de 2013, relativo à aplicação dos artigos 107.º e 108.º do Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia aos auxílios *de minimis*, JO L 352 de 24.12.2013, p. 1;

⁷ Regulamento (UE) n.º 651/2014 da Comissão, de 17 de junho de 2014, que declara certas categorias de auxílios compatíveis com o mercado interno, em aplicação dos artigos 107.º e 108.º do Tratado, JO L 187 de 26.6.2014, p. 1.

⁸ Comunicação da Comissão relativa à aplicação da legislação em matéria de auxílios estatais pelos tribunais nacionais, JO C 85 de 9.4.2009, p. 1

⁹ Para uma aplicação efetiva das decisões da Comissão que exigem que os Estados-Membros procedam à recuperação de auxílios estatais ilegais e incompatíveis, JO C 272 de 15.11.2007, p. 4.

¹⁰ Diretiva 2014/104/UE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26 de novembro de 2014, relativa a certas regras que regem as ações de indemnização no âmbito do direito nacional por infração às disposições do direito da concorrência dos Estados-Membros e da União Europeia, JO L 349, p. 1, disponível em <http://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/?uri=CELEX:32014L0104>.

- c) A quantificação dos danos no domínio *antitrust* no âmbito das ações de indemnização, incluindo a aplicação dos métodos de quantificação identificados no Guia Prático da Comissão sobre a Quantificação dos Danos no Domínio *Antitrust*¹¹;
- d) A interação entre a aplicação pública e a aplicação privada do direito da concorrência, incidindo tanto sobre a interação positiva (como podem os requerentes beneficiar de aplicação das medidas de execução pelas autoridades em matéria de concorrência) e nas medidas destinadas a evitar interações negativas (por exemplo, limites na divulgação dos elementos de prova e relativamente à responsabilidade solidária);
- e) Gestão de casos e boas práticas no tratamento de questões da competência e do direito aplicável e a fim de fazer face à situação de processos paralelos ou subsequentes nos diferentes Estados-Membros.

Prioridade 3: Atividades de formação centradas em **princípios económicos subjacentes ao direito da concorrência**. A formação deve ser prática e incluir verdadeiros estudos de casos.

Os candidatos são convidados a selecionar pelo menos um tema:

- a) Princípios económicos e análise económica (por exemplo, oferta e procura, análise de custos, substituição e interações estratégicas em diferentes ambientes de concorrência, definições de mercado, mercados horizontal e verticalmente relacionados, poder de mercado);
- b) Avaliação de elementos de prova/estudos de carácter económico no âmbito de litígios e respetivo tratamento processual, incluindo uma análise dos métodos de estimativa (qualitativa e quantitativa) atualmente utilizados, sublinhando as suas vantagens e limites, bem como a importância da coerência, da solidez e da duplicabilidade dos resultados.

Prioridade 4: Atividades de formação centradas nos desafios decorrentes da **interface entre o direito europeu da concorrência e os novos desenvolvimentos no domínio da legislação em matéria de comércio eletrónico e/ou de propriedade intelectual**.

Os candidatos são convidados a selecionar pelo menos um tema:

- a) apreciação jurídica em termos de concorrência de um conjunto de modelos de negócios em linha (análise de modelos de distribuição, modelos de determinação de preços, apreciação de mercados e plataformas de mercado, restrições territoriais e de licenciamento, interpretação de regulamentos verticais e horizontais da UE no âmbito de modelos de negócios em linha, jurisprudência recente da UE, etc.)
- b) Análise *antitrust* dos mercados digitais (análise de conceitos de proteção de patentes, papel dos organismos de normalização, descontos de exclusividade, fixação de preços predatórios, definições de mercado e pertinência dos mercados contíguos, mercados bilaterais,

¹¹ http://ec.europa.eu/competition/antitrust/actionsdamages/quantification_guide_pt.pdf

plataformas, jurisprudência recente da UE em matéria de concentrações e artigos 101.º e 102.º do TFUE a este respeito).

DOMÍNIO 2: Desenvolvimento de competências linguísticas no domínio jurídico dos juízes nacionais

Um programa de formação pode incidir principalmente no desenvolvimento de competências linguísticas no domínio jurídico.

Prioridade 5: Os projetos devem abranger as atividades de formação linguística no domínio jurídico relacionadas com a terminologia específica utilizada na aplicação do direito da concorrência. Os projetos devem visar primordialmente a eliminação das barreiras geográficas e/ou linguísticas em prol da criação de um espaço europeu comum em matéria judicial.

Distribuição do apoio financeiro entre as diferentes prioridades e atribuição de pontos

Consultar as «Orientações de 2016 sobre os critérios de atribuição» publicadas com o presente convite à apresentação de candidaturas.

Ao decidir sobre a atribuição de subvenções, deve imperar o equilíbrio equitativo entre as prioridades. A Comissão deve, por conseguinte, financiar, no mínimo, dois projetos¹² para cada um dos 2 domínios (como domínio principal).

Terão **preferência** os projetos que:

- Ofereçam formações que prevejam níveis consecutivos, estruturados numa sequência lógica;
- Não constituam uma mera duplicação/sobreposição de materiais de formação ou de projetos já existentes ou previstos de outros prestadores de formação a nível nacional, mas que sejam complementares e/ou inovadores;
- Se destinem a abranger juízes de diversos Estados-Membros numa formação, incentivando assim a criação de redes;

5. Critérios de admissibilidade

As candidaturas devem ser obrigatoriamente enviadas dentro do prazo de apresentação indicado na secção 3.

As candidaturas devem ser apresentadas por escrito e enviadas pelo correio (ver secção 8), utilizando-se para o efeito o formulário de candidatura e respetivos anexos, disponíveis no seguinte endereço http://ec.europa.eu/competition/calls/proposals_open.html.

A não observância destas exigências dará lugar à rejeição da candidatura.

6. Critérios de elegibilidade, de exclusão, de seleção e de atribuição

¹² Caso seja apresentado um número suficiente de candidaturas.

6.1 Critérios de elegibilidade

Os projetos devem:

- a) Ser apresentados por autoridades, organizações públicas ou privadas devidamente estabelecidas num dos países elegíveis, ou por uma organização internacional. As organizações de países terceiros podem participar enquanto parceiros associados, mas os seus custos não podem ser considerados elegíveis. Além disso, não estão autorizadas a apresentar projetos ou ser candidatas associadas (cobeneficiários). As organizações com fins lucrativos devem apresentar candidaturas em conjunto com entidades públicas ou com organizações privadas sem fins lucrativos. Os organismos criados pela União Europeia e abrangidos pelo disposto no artigo 208.º do Regulamento Financeiro¹³ não têm direito a candidatar-se à atribuição de uma subvenção, mas podem ser associados a uma candidatura. Contudo, os seus custos não podem ser cofinanciados pela subvenção;
- b) Visar os membros do público destinatário definido no ponto 2.2 do presente convite à apresentação de candidaturas;
- c) Solicitar uma subvenção da UE que não pode ser inferior a 50 000 ou superior a 400 000 EUR;
- d) Não estar concluídos nem iniciados antes da data de apresentação do pedido de subvenção.

6.2 Critérios de exclusão

6.2.1 Exclusão da participação¹⁴

Não poderão participar no presente convite à apresentação de candidaturas os candidatos que se encontrem numa das seguintes situações:

- (a) o candidato encontra-se em situação de falência, sujeito a um processo de insolvência ou de liquidação, os seus bens estão sob administração de um liquidatário ou sob administração judicial, celebrou um acordo com os credores, as suas atividades empresariais estão suspensas ou encontra-se em qualquer situação análoga resultante de um processo da mesma natureza ao abrigo da legislação ou regulamentação nacionais;
- (b) tiver sido confirmado, por sentença judicial transitada em julgado ou por decisão administrativa definitiva, que o candidato não cumpriu as suas obrigações relativas ao pagamento de impostos ou de contribuições para a segurança social nos termos do direito do país em que se encontra estabelecido ou do país em que a entidade adjudicante tem a sua sede ou do direito do país de execução do contrato;

¹³ Regulamento (UE, Euratom) n.º 966/2012 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 25 de outubro de 2012, relativo às disposições financeiras aplicáveis ao orçamento geral da União e que revoga o Regulamento (CE, Euratom) n.º 1605/2002 do Conselho, na sua versão alterada.

<http://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=OJ:L:2012:298:0001:0096:PT:PDF> e <http://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/PDF/?uri=OJ:L:2015:286:FULL&from=FR>

Regulamento Delegado (UE) n.º 1268/2012 da Comissão, de 29 de outubro de 2012, sobre as normas de execução («NE») do Regulamento (UE, Euratom) n.º 966/2012 do Parlamento Europeu e do Conselho, relativo às disposições financeiras aplicáveis ao orçamento geral da União, na sua versão alterada. <http://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/PDF/?uri=CELEX:32012R1268&from=EN> e http://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/PDF/?uri=OJ:JOL_2015_342_R_0002&from=EN

¹⁴ Artigo 106.º, n.º 1, do Regulamento Financeiro

- (c) tiver sido confirmado, por sentença judicial transitada em julgado ou por decisão administrativa definitiva, que o candidato cometeu uma falta grave em matéria profissional por ter violado disposições legislativas ou regulamentares ou regras deontológicas aplicáveis à profissão à qual pertence, ou por ter cometido qualquer comportamento ilícito que tenha um impacto sobre a sua credibilidade profissional, sempre que tal comportamento denote uma intenção dolosa ou uma negligência grave, incluindo, em particular, um dos seguintes comportamentos:
- (i) apresentação, de forma fraudulenta ou negligente, de informações falsas no que respeita aos dados exigidos para verificação da inexistência de motivos de exclusão ou do cumprimento dos critérios de seleção ou de execução de um contrato ou de uma convenção de subvenção;
 - (ii) celebração de um acordo com outros operadores económicos com o objetivo de distorcer a concorrência;
 - (iii) violação dos direitos de propriedade intelectual;
 - (iv) tentativa de influenciar o processo de decisão da entidade adjudicante durante o procedimento de contratação ou de concessão de subvenções;
 - (v) tentativa de obter informações confidenciais suscetíveis de lhe conferir vantagens indevidas no procedimento de contratação ou de concessão de subvenções;
- (d) confirmação, por sentença judicial transitada em julgado, de que o candidato é culpado de qualquer dos seguintes atos:
- (i) fraude, na aceção do artigo 1.º da Convenção relativa à proteção dos interesses financeiros das Comunidades Europeias, estabelecida por [Ato do Conselho de 26 de julho de 1995](#);
 - (ii) corrupção, na aceção do artigo 3.º da Convenção relativa à luta contra a corrupção em que estejam implicados funcionários das Comunidades Europeias ou dos Estados-Membros da União Europeia, estabelecida por [Ato do Conselho de 26 de maio de 1997](#), e no artigo 2.º, n.º 1, da [Decisão-Quadro 2003/568/JAI do Conselho](#), ou ainda na aceção do direito do país em que a entidade adjudicante tem a sua sede ou do país em que o operador económico está estabelecido ou do país de execução do contrato;
 - (iii) participação em organização criminosa, na aceção do artigo 2.º da [Decisão-Quadro 2008/841/JAI do Conselho](#);
 - (iv) branqueamento de capitais ou financiamento do terrorismo, na aceção do artigo 1.º da [Diretiva 2005/60/CE do Parlamento e do Conselho](#);
 - (v) infrações relacionadas com o terrorismo ou infrações relacionadas com atividades terroristas, na aceção, respetivamente, dos artigos 1.º e 3.º, da [Decisão-Quadro 2002/475/JAI do Conselho](#), ou ainda, instigação, cumplicidade ou tentativa de cometer essas infrações, na aceção do artigo 4.º da referida decisão;

(vi) trabalho infantil e outras formas de tráfico de seres humanos, na aceção do artigo 2.º da [Diretiva 2011/36/UE do Parlamento Europeu e do Conselho](#);

- (e) tiver revelado deficiências significativas no cumprimento das principais obrigações relativas à execução de um contrato ou convenção de subvenção financiado pelo orçamento, que tenham conduzido à sua rescisão antecipada ou à imposição de indemnizações por perdas e danos ou de outras sanções contratuais, ou que tenham sido detetadas na sequência de controlos, auditorias ou inquéritos por um gestor orçamental, pelo OLAF ou pelo Tribunal de Contas;
- (f) tiver sido confirmado, por sentença judicial transitada em julgado ou por decisão administrativa definitiva, que o candidato cometeu uma irregularidade na aceção do artigo 1.º, n.º 2, do [Regulamento \(CE, Euratom\) n.º 2988/95 do Conselho](#).

6.2.2 Exclusão da atribuição da subvenção¹⁵

Não será atribuída uma subvenção aos candidatos que, durante o procedimento de atribuição da subvenção:

- a) se encontrem numa situação de exclusão nos termos do artigo 106.º do Regulamento Financeiro;
- b) tenham apresentado falsas declarações no que diz respeito às informações exigidas para participação no procedimento ou não tenham fornecido essas informações;
- c) tenham anteriormente estado envolvidos na preparação dos documentos do concurso, sempre que tal implique uma distorção da concorrência que não possa ser sanada de outro modo.

Os candidatos devem assinar uma declaração sob compromisso de honra certificando que não se encontram em nenhuma das situações referidas no artigo 106.º, n.º 1, e no artigo 107.º do Regulamento Financeiro. A declaração sob compromisso de honra está disponível no nosso sítio Web (http://ec.europa.eu/competition/calls/proposals_open.html).

6.3 Critérios de seleção

As candidaturas que preencham os critérios de elegibilidade e que não se encontrem abrangidas pelos critérios de exclusão serão avaliadas com base na sua capacidade financeira e operacional.

6.3.1 Capacidade financeira¹⁶

Os candidatos devem dispor de fontes de financiamento estáveis e suficientes para manter a sua atividade durante toda a duração do projeto, devendo obrigatoriamente participar no respetivo financiamento. A capacidade financeira será avaliada com base nos seguintes documentos comprovativos a apresentar juntamente com a candidatura:

¹⁵ Artigo 107.º do Regulamento Financeiro

¹⁶ Artigo 131.º, n.º 3, e artigo 132.º, n.º 1, do Regulamento Financeiro, bem como artigo 202.º das Normas de Execução.

- a) Subvenções de baixo valor ($\leq 60\,000$ EUR): declaração de honra.
- b) Subvenções $\geq 60\,000$ EUR: declaração de honra e

PRIMEIRA ALTERNATIVA

a conta de ganhos e perdas, o balanço do último exercício financeiro em relação ao qual as contas tenham sido encerradas;

SEGUNDA ALTERNATIVA

no caso de entidades recém-criadas, o plano de atividades pode substituir os documentos acima mencionados.

Se considerar que os supramencionados documentos não comprovam de forma satisfatória a capacidade financeira, a Comissão Europeia pode:

- solicitar informações adicionais;
- propor uma convenção de subvenção sem pré-financiamento;
- propor uma convenção de subvenção com um pré-financiamento pago em prestações;
- propor uma convenção de subvenção com um pré-financiamento coberto por garantia bancária¹⁷;
- rejeitar a candidatura.

A verificação da capacidade financeira não se aplica aos organismos públicos e às organizações internacionais.

6.3.2 Capacidade operacional¹⁸

Os candidatos devem possuir as competências profissionais e as qualificações necessárias para levar a bom termo o projeto ou o programa de trabalho. Os candidatos devem apresentar uma declaração sob compromisso de honra, ou os seguintes documentos comprovativos:

- os relatórios de atividade da organização (se aplicável);
- uma breve descrição dos recursos/competências profissionais existentes que serão utilizados para a execução do projeto **e/ou** *curriculum vitae* das pessoas responsáveis em primeira instância pela gestão e execução da operação;
- uma lista exaustiva de projetos e atividades anteriores executados no contexto do domínio de intervenção de um determinado convite ou no contexto das ações a realizar;
- um inventário dos recursos económicos ou naturais mobilizados para o projeto.

6.4 Critérios de atribuição

Só as candidaturas que satisfizerem os critérios de seleção enunciados serão sujeitas a avaliação. Os critérios de atribuição visam assegurar que são selecionados projetos com uma qualidade

¹⁷ Artigo 134.º do Regulamento Financeiro e artigo 206.º das Normas de Execução.

¹⁸ Artigo 131.º, n.º 3, e artigo 132.º, n.º 1, do Regulamento Financeiro, bem como artigo 202.º das Normas de Execução.

intrínseca elevada e que cumprem, na medida do possível, os objetivos e as prioridades do presente convite de uma forma rentável. Devem procurar-se sinergias com outros programas e instrumentos da UE e evitar sobreposições e duplicações com atividades em curso. Todos os projetos serão avaliados com base nos seguintes critérios:

- 1) **Pertinência para os objetivos e para o objeto do convite à apresentação de candidaturas (até 40 pontos)**
 - a) Correspondência da candidatura com os objetivos do convite, os domínios, as prioridades e as preferências relevantes sugeridos (até 35 pontos)
 - b) Correspondência da candidatura com a exigência de valor acrescentado europeu anunciada no ponto 2.1 (até 5 pontos)
- 2) **Qualidade intrínseca do projeto no que diz respeito à sua conceção, apresentação, organização e execução (até 20 pontos)**
 - a) As metodologias (abordagem, descrição e especificação das atividades previstas, qualidade dos oradores, sistemas de controlo e estratégias de comercialização, etc.) e o calendário são adequados para a consecução dos resultados desejados do projeto? (até 10 pontos)
 - b) As atividades propostas adequam-se ao público previsto? (10 pontos)
- 3) **Âmbito geográfico do projeto, resultados esperados, disseminação e sustentabilidade (até 15 pontos).**
 - a) Qual a amplitude do impacto geográfico em termos de resultados esperados do projeto, e qual a variedade de nacionalidades envolvidas em termos de participantes, público destinatário e/ou parceria? (até 10 pontos)
 - b) Os resultados esperados são exequíveis, pertinentes e suscetíveis de ter um impacto sustentável? (5 pontos)
- 4) **Custo-eficácia (até 25 pontos)**
 - a) O orçamento previsional é razoável, dados os resultados esperados e em termos do custo diário de cada juiz formado (até 10 pontos)?
 - b) Os custos atribuídos a cada secção do orçamento representam uma boa relação qualidade/preço e um rácio razoável entre honorários dos conferencistas e os custos globais do projeto (nomeadamente tendo em conta a cobertura de custos prevista para participantes) (até 15 pontos)?

Para serem elegíveis, os projetos devem obter, pelo menos, 50 % dos pontos disponíveis para os critérios 1, 2 e 4 e, pelo menos, 60 pontos sobre 100.

Durante o procedimento de avaliação, a Comissão pode solicitar documentos/esclarecimentos suplementares e ajustamentos técnicos e financeiros necessários. Uma vez concluído o processo de avaliação, o que inclui a adoção da decisão de atribuição da Comissão, os serviços da Comissão

informam cada candidato da decisão final tomada e das etapas e procedimentos seguintes tendo em vista a preparação das convenções de subvenção.

7. Disposições financeiras¹⁹

- 7.1 Na execução dos projetos, os beneficiários devem cumprir o disposto no Regulamento Financeiro (em especial o Título VI da Parte I) e respetivas Normas de Execução de 2012, na sua versão alterada²⁰;
- 7.2 A subvenção concedida pelo programa não deverá cobrir a totalidade dos custos da ação; a contribuição da UE é limitada a um máximo de 80 % e, em casos excecionais e devidamente justificados, a um máximo de 90 % do custo total elegível da ação, nomeadamente: no caso de entidades europeias, nacionais, regionais ou infranacionais especificamente criadas com o objetivo de formar juízes nacionais; no caso de associações europeias, nacionais e infranacionais de juízes ligados ao direito da concorrência; no caso dos candidatos originários dos Estados-Membros da UE abrangidos por um programa de assistência ou vigilância financeiras (Chipre, Grécia, Hungria, Irlanda, Letónia, Portugal, Roménia e Espanha).
- Consequentemente, pelo menos 20 % e, em casos especiais, 10 % dos custos totais elegíveis devem ser providos pelo candidato, pelos parceiros ou por outra entidade financiadora.
- 7.3 Atribuição não cumulativa: O cofinanciamento de um projeto no âmbito do presente programa exclui qualquer cofinanciamento por outro programa financiado pelo Orçamento Geral da União Europeia.
- 7.4 O projeto não pode estar concluído nem ter sido iniciado antes da data de apresentação do pedido de subvenção.
- 7.5 As contribuições em espécie não podem ser incluídas no orçamento do projeto como despesas e não são aceites a título de cofinanciamento, exceto se incluídas na categoria introduzida no considerando 7 do Regulamento n.º 1382/2013²¹;
- 7.6 As normas relativas aos custos elegíveis são descritas nas condições gerais do projeto de convenção de subvenção anexo ao presente convite à apresentação de candidaturas;
- 7.7 No que respeita às atividades suscetíveis de serem realizadas por organismos ou entidades públicos e privados, o IVA não dedutível pago por organismos ou entidades públicos deverá ser elegível, desde que seja pago no âmbito da execução de atividades, nomeadamente de formação ou sensibilização, que não possam ser consideradas como exercício de autoridade pública.
- 7.8 O candidato deve apresentar estimativas orçamentais em EUR equilibradas, que indiquem as fontes de cofinanciamento para além do orçamento da UE;

¹⁹ Podem ser consultadas outras disposições no projeto de convenção de subvenção disponível no nosso sítio Web http://ec.europa.eu/competition/calls/proposals_open.html.

²⁰ Ver nota de rodapé 14.

²¹ «A União deverá facilitar as atividades de formação no domínio da aplicação do direito da União, considerando os salários dos magistrados e dos funcionários e agentes de justiça pagos pelas autoridades dos Estados-Membros como custos elegíveis ou cofinanciamento em espécie, de acordo com o Regulamento (UE, Euratom) n.º 966/2012 do Parlamento Europeu e do Conselho [1] («Regulamento Financeiro»).»

- 7.9 As despesas com alojamento e refeições/bebidas serão reembolsadas com base em custos unitários, cujo montante é estabelecido com base na tabela de despesas de alojamento e ajudas de custo diárias para deslocações em serviço do pessoal da Comissão Europeia²². Será aplicada uma taxa diária de 50 % para seminários de meio dia;
- 7.10 O beneficiário (ou demais beneficiários em caso de múltiplos beneficiários) é o chefe de missão, a quem a subvenção será paga. Para serem considerados elegíveis, todos os custos devem ter sido a cargo do beneficiário. Os serviços/bens devem ser encomendados pelo beneficiário e as faturas emitidas em nome deste. Se forem encomendados e pagos serviços/bens por outros parceiros, passam a ser considerados como contribuições em espécie, pelo que não podem ser incluídos como custos elegíveis;
- 7.11 Os projetos não podem ter como objetivo ou efeito a produção de um lucro. Por lucros, deve entender-se qualquer excedente eventual do conjunto das receitas reais afetadas à ação em relação ao conjunto dos custos reais da ação. Qualquer lucro verificado dará lugar a uma redução equivalente do montante da subvenção;
- 7.12 A Comissão pode atribuir uma subvenção inferior ao montante solicitado. Se o montante concedido pela Comissão for inferior à contribuição solicitada pelo candidato, caberá a este último encontrar os recursos suplementares necessários ou reduzir o custo total do projeto a fim de assegurar a sua viabilidade, sem alteração dos seus objetivos ou do seu conteúdo. Pode também ser decidido conceder uma contribuição apenas em relação a uma parte da ação prevista. A Comissão não concederá duplo financiamento para um mesmo projeto.
- 7.13 O montante concedido pelos serviços da Comissão é proporcional ao custo total estimado do projeto e será reduzido proporcionalmente à diferença se o total dos custos reais for inferior ao total dos custos estimados.
- 7.14 As subvenções atribuídas devem ser objeto de uma convenção escrita, que precise os moldes em que se fará o reembolso de uma determinada proporção dos custos elegíveis efetivamente suportados. Será lavrada uma convenção de subvenção para uma ação com um beneficiário ou com vários beneficiários numa base casuística, se for caso disso. Esta convenção é uma convenção-tipo e os seus termos e condições não poderão ser alterados ou sujeitos a negociação;
- 7.15 Condições de pagamento: Regra geral, a subvenção da Comissão é paga em duas parcelas: um pagamento de pré-financiamento (até **50 %** do montante total da subvenção) aquando da assinatura da convenção de subvenção, a pedido do beneficiário; e o saldo aquando da receção e aprovação pela Comissão do relatório final e do balanço financeiro final do projeto.

8. Apresentação das candidaturas

- 8.1 As candidaturas devem ser apresentadas no formulário-tipo de candidatura e acompanhadas dos anexos exigidos, enumerados na parte F do formulário.
- 8.2 A candidatura deve ser assinada pela pessoa autorizada a vincular juridicamente o candidato.

²² Informações publicadas com o presente convite à apresentação de candidaturas

- 8.3 Os formulários podem ser descarregados do seguinte sítio Web:
http://ec.europa.eu/competition/calls/proposals_open.html

Serviço de assistência: As perguntas relativas ao convite à apresentação de candidaturas podem ser enviadas por correio eletrónico para o endereço COMP-TRAINING-JUDGES@ec.europa.eu.

- 8.4 As candidaturas devem estar completas (**conter todos os documentos especificados no anexo «lista de verificação para os candidatos»**), assinadas, datadas e ser entregues em duplicado (um exemplar assinado e um exemplar em formato eletrónico) **até ao dia 31 de março de 2017, por correio ordinário ou por serviço de correio expresso** (fazendo fé a data do carimbo de correio ou aviso de receção do serviço de correio expresso):

Em caso de entrega pelo correio, para o seguinte endereço:

Comissão Europeia
Direção-Geral da Concorrência – Unidade A.4
HT.4798 - FORMAÇÃO DE JUÍZES CFP 2016
MADO 20/043
1049 Bruxelas
Bélgica

Caso a entrega seja em mão ou por serviço de correio expresso, para o seguinte endereço:

Comissão Europeia
Direção-Geral da Concorrência – Unidade A.4
HT.4798 - FORMAÇÃO DE JUÍZES CFP 2016
Avenue de Bourget, 1
1140 Evere
Bélgica

Não esquecer de inscrever no sobrescrito e de modo bem visível a menção: **'CALL FOR PROPOSALS – NOT TO BE OPENED BY THE REGISTRY'**.

- 8.5 As candidaturas podem ser apresentadas numa das línguas oficiais da União Europeia, mas, de preferência, em inglês, devendo ser utilizado o formulário de candidatura. Se forem apresentadas noutra língua, devem ser acompanhadas de um resumo em inglês.
- 8.6 Os candidatos serão informados dos resultados da avaliação dos seus projetos o mais rapidamente possível. No entanto, os candidatos devem estar cientes de que todo o procedimento de atribuição de subvenção pode demorar **até nove meses**, a contar do termo do prazo para a apresentação de candidaturas.

9. Reunião inicial

O orçamento para a candidatura deve incluir os custos de deslocação para e de Bruxelas e uma noite (se necessário) para um ou dois representantes da organização coordenadora (incluindo, pelo menos, o coordenador do projeto, mas, de preferência, também o coordenador financeiro, a menos que seja a mesma pessoa). Estes custos destinam-se a permitir a participação dos

candidatos selecionados na reunião inicial com a duração de um dia dedicada a aspetos administrativos, de gestão do projeto e às obrigações de prestação de informações.

10. Período de execução do projeto e aspetos diversos

- 10.1 Os projetos poderão ter duração máxima de 24 meses.
- 10.2 O projeto de convenção de subvenção só se tornará juridicamente vinculativo após a assinatura pela Comissão.
- 10.3 Uma vez terminado o projeto, o beneficiário enviará à Comissão, num prazo a fixar na convenção de subvenção, para o endereço acima referido, um **relatório final** sobre o projeto, que consiste num **relatório final financeiro e técnico** acompanhado do **pedido de pagamento do saldo**. O relatório final descreverá os obstáculos eventualmente encontrados, a avaliação feita pelos participantes (p. ex. mediante formulários de informação de retorno), os resultados obtidos, a sua divulgação e as conclusões a retirar.
- 10.4 O beneficiário comprometer-se-á a disponibilizar à Comissão os resultados num formato que seja suscetível de disseminação livre de direitos, como sejam manuais, publicações, *software* e sítios Internet.

11. Publicidade

11.1 *Pela Comissão Europeia:*

Todas as subvenções atribuídas durante um exercício devem ser publicadas no sítio Internet das instituições da União durante o primeiro semestre do ano subsequente ao encerramento do exercício orçamental a título do qual foram atribuídas. Esta informação poderá também ser publicada utilizando-se qualquer meio adequado, incluindo o Jornal Oficial da UE. A Comissão publicará as seguintes informações:

Νοµε ε ενδερε| ο δο βενεφιχι|ριο,
Οβφετο δα συβπεν| ©ο ε ποντυα| ©ο φιναλ,
Μονταντε ατριβυ|δο.

Mediante pedido fundamentado e devidamente justificado do beneficiário²³ no momento da apresentação da candidatura, a publicação pode deixar de ser obrigatória caso a divulgação das informações acima mencionadas seja suscetível de pôr em causa os direitos e as liberdades das pessoas em causa, consagrados na Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia, ou prejudicar os interesses comerciais dos beneficiários.

11.2 *Pelos beneficiários:*

Compete aos beneficiários mencionar claramente a contribuição da União Europeia em todas as publicações ou no âmbito das atividades a que se destina a subvenção. Neste contexto, os beneficiários têm a obrigação de dar destaque ao nome e ao logótipo da Comissão Europeia em

²³ Artigo 35.º e artigo 128.º, n.º 3, do Regulamento Financeiro, bem como artigo 191.º das Normas de Execução.

todas as publicações, pósteres, programas e outros produtos realizados no âmbito do projeto subvencionado.

Para esse efeito, utilizarão o texto, o emblema e a declaração de exoneração de responsabilidade disponíveis no seguinte endereço: https://europa.eu/european-union/about-eu/symbols/flag_pt.

Em caso de não cumprimento desta exigência pelos beneficiários, a subvenção final poderá ser reduzida em conformidade com as disposições da convenção de subvenção ou da decisão de subvenção. Além disso, os beneficiários devem transmitir um formulário de avaliação a todos os participantes no projeto, devendo os resultados ser comunicados à Direção-Geral da Concorrência da Comissão Europeia.

12. Proteção de dados

Todos os dados pessoais incluídos nas candidaturas apresentadas serão tratados pela Comissão em conformidade com o Regulamento 45/2001 e de acordo com o procedimento anunciado com as notificações pertinentes apresentadas ao responsável pela proteção de dados da Comissão. Uma declaração de privacidade informa todos os titulares de dados cujos dados sejam sujeitos a tratamento no âmbito da avaliação da proposta e da preparação, execução e acompanhamento da convenção de subvenção.

Convidam-se os candidatos a consultarem a página [«Advertência jurídica»](http://ec.europa.eu/research/participants/portal/desktop/en/support/legal_notices.html) (http://ec.europa.eu/research/participants/portal/desktop/en/support/legal_notices.html), a intervalos de tempo regulares, de modo a estarem devidamente informados de eventuais atualizações que podem ocorrer antes do final do prazo para a apresentação das suas candidaturas.